

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 107, DE 21 DE AGOSTO DE 2024 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial Inclusiva, Câmpus de Miracema.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 21 de agosto de 2024, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial Inclusiva, Câmpus de Miracema, conforme Projeto anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.002819/2024-54.

MARCELO LEINEKER COSTA
Vice-Reitor no exercício da Reitoria



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, CÂMPUS DE MIRACEMA.**

Anexo da Resolução nº 107/2024 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 21 de agosto de 2024.

Palmas/TO
2024



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO, CULTURA E MUNDO RURAL- EDURURAL**

PROJETO PEDAGÓGICO

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (*Lato Sensu*) EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
INCLUSIVA**

**Miracema do Tocantins-TO
2024**

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO:	3
2. APRESENTAÇÃO DO CURSO E SUA ARTICULAÇÃO COM O PDI-UFT E COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	3
3. OBJETIVOS DO CURSO.....	6
3.1 GERAL	6
3.2. ESPECÍFICOS	6
4. CONCEPÇÃO E JUSTIFICATIVA DO CURSO	6
5. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO	9
5.1. AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES.....	10
5.2. AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES E DA COORDENAÇÃO.....	10
6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	10
7. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	10
8. CONVÊNIO PARA OFERTA E/OU FINANCIAMENTO DO CURSO?	11
9. IMPORTÂNCIA DO CURSO PARA A UFT, REGIÃO E ÁREA DO CONHECIMENTO ..	11
10. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO	13
10.1. PROCESSO DE SELEÇÃO	13
10.2 INFRAESTRUTURA DO CURSO.....	14
10.3. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	14
10.4. ESTRUTURA CURRICULAR	15
10.5. QUADRO DE DOCENTES E LINK DO LATTES	16
10.6. EMENTÁRIOS E BIBLIOGRAFIAS (BÁSICA E COMPLEMENTAR).....	16
EIXO 1: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA.....	16
EIXO 2: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	20
EMENTA TCC: AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO –	24
11. CERTIFICAÇÃO	24
12. BIBLIOGRAFIA	25
ANEXO I.....	27
FICHA DE AVALIAÇÃO DE DISCIPLINA PELOS ALUNOS	27

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO:

1.1 **Nome do Curso:** Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Educação Especial Inclusiva

1.2. **Unidade Acadêmica:** Câmpus Universitário de Miracema

1.3. **Departamento:** Colegiado do Curso de Pedagogia – Grupo de Pesquisa EDURURAL 1.4.

Grande Área e Área do Conhecimento: Ciências Humanas, Educação

1.5. **Coordenadora:** Professora Dra. Luciane Silva de Souza

Telefones: (62) 999145973

E-mail: souza.luciane@uft.edu.br

1.6. **Sub-Coordenador:** Professor Dra. Juliana Chioca Ipolito

Telefones: (67) 992326740

E-mail: juipolito@mail.uft.edu.br

2. APRESENTAÇÃO DO CURSO E SUA ARTICULAÇÃO COM O PDI-UFT E COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O Projeto Pedagógico do curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva nasce de uma demanda regional por formação de profissionais para atuarem na área da Educação Especial numa perspectiva inclusiva e se apoia no princípio educacional adotado pela Universidade Federal do Tocantins em seu PDI (2021-2023) e para cumprir com o seu papel social. Nesse viés, o curso tem como norte a discussão das necessidades educacionais especiais e as práticas pedagógicas numa escola inclusiva, que se encontra em consonância com as Políticas Nacionais para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

O curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva prevê a oferta de uma educação e formação que debata, que planeje e que institua ações educativas em relação à diversidade e à inclusão com foco na aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Ainda, acatando o PDI (UFT, 2021-2025), o curso de especialização em Educação Especial Inclusiva se compromete a privilegiar a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), que concebe o movimento pela educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos na escola regular, aprendendo e participando, sem nenhuma forma de discriminação. Para tanto, o curso pretende trazer uma formação crítico-reflexiva, com fundamento em autores que discutem a temática e se embasam na perspectiva Histórico-Crítica. Ainda, visa ser propositiva para instigar diálogos com os profissionais e futuros profissionais da

educação que refletem e problematizam o processo de ensino e aprendizagem, a fim de que sua atuação seja responsiva e inclusiva.

O curso tem o compromisso de atender às orientações do Ministério da Educação (MEC), que desenvolve uma política de educação inclusiva visando a transformação do ensino regular e da Educação Especial e, neste contexto, implementa diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado ofertados aos estudantes com necessidades educacionais especiais (complementar ou suplementar).

A proposta de formação do curso irá possibilitar ao cursista a atuação na educação em uma perspectiva inclusiva, na sala de aula e no atendimento educacional especializado – AEE, uma vez que visa alcançar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos e nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação.

Trata-se, nesse sentido, da oferta de uma formação continuada sobre Inclusão e Educação Especial, cuja força motriz é a contribuição para a formação de graduados da área de Educação e afins, acerca das temáticas: aprendizagem, processos de patologização do ambiente escolar, práticas pedagógicas na e para o atendimento às necessidades educacionais especiais, bem como o conhecimento sobre a literatura especializada que favorecerá as discussões. Espera-se, ao final, formar profissionais que desenvolvem ações de inclusão nos ambientes educacionais escolares e não-escolares para promover a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

O PDI (2021-2025) da Universidade Federal do Tocantins afirma sobre a responsabilidade social da instituição, dispondo sobre inclusão quando discute que:

A responsabilidade social da UFT perpassa pela preocupação em torná-la uma instituição inclusiva, com práticas que se voltam para a concretização da equidade social (de gênero e étnica) assim como cursos que pedagogicamente articulem o ensino, pesquisa e extensão, baseados pela interdisciplinaridade, com intuito do desenvolvimento sustentável da Amazônia. A extensão universitária, na Universidade Federal do Tocantins, está alinhada à Política Nacional de Extensão e à Política de Extensão da UFT. É compreendida como um processo educativo, cultural, científico, político, transdisciplinar, interdisciplinar que se articula com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e promove a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade que envolva diretamente as comunidades externas à UFT e que estejam vinculadas à formação do estudante. (UFT/PDI, p. 134).

Para além disso, a Universidade, numa perspectiva pautada nos objetivos para o desenvolvimento sustentável, evidencia sua responsabilidade social e se compromete em atender os objetivos e metas vez que se compromete em “contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e humana, por meio do desenvolvimento de ações voltadas para a responsabilidade com a sociedade geral” (UFT/PDI2021-2025, p. 134).

Dentro de uma perspectiva dos objetivos do desenvolvimento sustentável, então, o projeto pedagógico para o curso de especialização em Educação Especial Inclusiva, propõe um diálogo interdisciplinar e transdisciplinar com 3 (três) ODS, quais sejam:

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Pois compreende que a partir deles a própria contribuição da Universidade precisa ser mais ampla e não apenas na extensão, mas no ensino e na pesquisa e no fomento de discussões dentro da formação dos estudantes. Isso porque, conforme o PDI (2021-2025),

é necessário compreender que a contribuição da UFT com os ODS deverá ser muito mais ampla, já que pode apoiar tanto a implementação de cada um dos objetivos, como a da própria estrutura deles, a partir: da sua estrutura de aprendizado e ensino (fomentando o desenvolvimento das habilidades dos estudantes e profissionais); de pesquisa (propondo novas abordagens disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares); de governança (estabelecendo políticas de gestão e extensão universitária com os princípios dos ODS) e de interlocução com lideranças sociais (propondo o fortalecimento do compromisso público e sua participação na abordagem dos ODS).

Estes objetivos de desenvolvimento sustentável serão implementados de forma interdisciplinar e transdisciplinar e a própria natureza do curso dá conta de mostrar *per si* a existência desta relação, com os ODS foco do projeto pedagógico em questão, por meio da Matriz Curricular e a proposta de ementários, a metodologia e avaliação do curso e o seu impacto e inserção local e regional na formação de professores que consigam refletir sobre suas práticas pedagógicas e a escola inclusiva, de fato, reduzindo as desigualdades e minimizando os processos excludentes, o contribui diretamente e indiretamente para uma educação de qualidade e equitativa.

No que se refere à Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo, o § 3º do Art. 16, da XXX, dispõe que:

§ 3º A implementação da inovação e do empreendedorismo no PPC visa: fomentar a disseminação da cultura empreendedora e da inovação na comunidade universitária; ampliar a projeção do conhecimento gerado na instituição; aumentar o impacto social da pesquisa, bem como aproximar a formação dos estudantes com as realidades e demandas dos mais diferentes setores da economia.

Tal objetivo perpassa pelo Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* na medida em que pretende ser *locus* de diálogos e disseminação de conhecimento sobre a temática favorecendo as discussões e colocando em foco a escola e suas contradições e a implantação de uma educação inclusiva que tenha como centro a aprendizagem dos estudantes

com necessidades educacionais especiais, dentro de seus limites e suas especificidades, tendo em vista suas especificidades.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1 GERAL

Contribuir para a formação de graduados da área da Educação e áreas afins com foco na Educação Especial Inclusiva a partir da análise crítica sobre os aspectos psicossociais e legais que interferem no processo de escolarização e na aprendizagem.

3.2. ESPECÍFICOS

- ✓ Formar, em nível de pós-graduação *Lato Sensu*/especialização, profissionais que atuam na Educação Básica e em outros ambientes educativos;
- ✓ Refletir sobre a interface ensino e aprendizagem; aprendizagem e desenvolvimento;
- ✓ Discutir sobre a produção de patologização do ambiente escolar e de medicalização da aprendizagem;
- ✓ Apresentar fundamentos legais, teóricos e práticos sobre a inclusão e a educação especial do ponto de vista nacional e regional;
- ✓ Oportunizar a problematização das práticas educacionais inclusivas;
- ✓ Criar espaço para que docentes e discentes do Curso de Pedagogia e a comunidade externa problematizem as práticas pedagógicas no âmbito do curso de especialização com temáticas para pesquisas de TCC, iniciação científica e elaboração de programa de extensão;
- ✓ Realizar evento, em parceria com o Grupo de Pesquisa EDURURAL e outros espaços de debate, para divulgar e discutir as experiências de práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Especial Inclusiva e publicá-las na forma de artigos, livros, ou outros formatos.

4. CONCEPÇÃO E JUSTIFICATIVA DO CURSO

Objetiva-se, ao final do curso, formar profissionais capazes de desenvolver ações de inclusão para pessoas com necessidades educacionais especiais e justifica-se a oferta deste a partir da crescente demanda tanto nas escolas situadas no município, quanto nas escolas que fazem parte da microrregião de Miracema do Tocantins.

Em levantamento realizado junto à Superintendência Regional de Educação - SER/Miracema do Tocantins, a Regional informa que são 186 crianças com necessidades educacionais especiais atendidas e são 14 salas de recursos. A Regional comporta os municípios

de Miracema do Tocantins, Tocantínia, Miranorte, Rio dos Bois, Lajeado e Lizarda. Ainda, segundo dados encaminhados pela SRE, são 78 estudantes com necessidades educacionais especiais atendidos nas 3 salas de recursos da APAE.

Ao realizar o levantamento na Secretaria Municipal de Educação de Miracema, também tivemos dados que sinalizaram a necessidade de cursos em Educação Especial. São 74 estudantes com necessidades educacionais especiais atendidos pelo município, com matrícula regular nos CMEIs e Escolas. 86% destas crianças com laudo e o restante com Parecer Pedagógico ou Psicopedagógico.

O município está em processo de implantação das salas de recursos multifuncionais e de elaboração de documentação que venha a regulamentar o atendimento na Educação Especial. É um município que possui 4 CMEIs, 4 Escolas urbanas e 4 escolas rurais e há alunos com necessidades educacionais especiais em todas as unidades de ensino, cujos laudos apontam para o Transtorno do Espectro Autista, Deficiência visual, Deficiência Intelectual, dentre outros.

No mesmo relatório produzido a partir da pesquisa da profa. Dra. Luciane Silva de Souza, aponta-se que nos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares, no item sobre demandas de formações, aparece como um dos temas mais sugeridos, a educação especial. Também, na cidade de Miracema do Tocantins, segundo dados emanados da Secretaria Municipal de Educação, há uma demanda por formação dos professores que trabalham na rede municipal com a educação especial e os professores regentes e em Miranorte, município vizinho, há uma demanda listada pela Secretaria Municipal de Educação, também com demanda na área da educação especial. Esses dados permitem visualizar a demanda atual por formação específica de professores para Educação Especial, que é crescente.

O câmpus de Miracema tem trabalhado em colaboração com as diversas instâncias e órgãos a fim de contribuir para uma educação de qualidade no município de Miracema e nos municípios vizinhos, tendo representatividade de seus professores de Pedagogia no Fórum Municipal de Educação, no Conselho Municipal de Educação e no GT de Educação Especial (Secretaria Municipal de Miracema). Isto por si só, permite observar o quanto o câmpus tem participado das discussões acerca da Educação e da Educação Especial no município e nos municípios vizinhos e percebe a necessidade dessa formação continuada.

Outro dado importante é o que apareceu recentemente nas inscrições para o curso de extensão em Educação Especial e Inclusiva, cadastrado no GPU, sob coordenação das professoras Dra. Luciane Silva de Souza e Dra. Juliana Chica Ipolito. Em 6 (seis) dias de inscrição foram 218 (duzentas e dezoito) inscrições. Destas, 81 inscrições são de alunos da

graduação em Pedagogia e Psicologia (de Miracema, Tocantínia, Miranorte e Palmas), as demais, ou seja, 137 são de profissionais das Redes Municipais e da Rede Estadual de cidades da microrregião de Miracema do Tocantins.

De acordo com que informaram no formulário de inscrição, estes 137 profissionais são, professores da sala de recursos, professores de apoio, professores referência de sala, residentes nas cidades de Tocantínia, Rio dos Bois, Araguaína, Barrolândia, Miranorte, Miracema, Dois Irmãos, Lizarda, Pedro Afonso, Palmas, Porto Nacional e Paraíso. Fechamos o formulário para inscrição, sabendo que não conseguiremos atender nem os já inscritos de imediato, pois as vagas do curso de extensão são reduzidas. Porém, tendo a consciência de que a demanda de nossa microrregião é alta por cursos na área da especialização pretendida.

Para atender essa demanda crescente, tem se tornado uma necessidade proporcionar formação continuada aos profissionais para que entendam o processo legal, teórico e prático das ações inclusivas frente ao cenário educacional brasileiro e ao cenário regional. Para tanto, o curso pretende fomentar discussões que possibilitem ações e práticas educativas problematizadoras.

Ao conceber o curso é importante perceber a demanda e o papel ou função social que o do Curso de Pedagogia da UFT-Câmpus de Miracema, que com o Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Mundo Rural – EDURURAL se configuram como espaços de formação docente. Estes assinalam em suas ações, além do que consta na matriz curricular do Curso de Pedagogia (ensino), o desenvolvimento de atividades de ensino, de pesquisa e extensão que se constituem em investimento na formação continuada de professores e que tem permitido reflexões críticas acerca da formação e do trabalho pedagógico.

Assim, compreendemos a escola como espaço público e que, segundo Mazzota e Souza (2000, p. 100).

O fundamental é que a escola se firme como espaço privilegiado das relações sociais para todos, não ignorando, portanto, aqueles que apresentem necessidades educacionais especiais. Em outros termos, acolhendo crianças com deficiência s e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados.

Refletindo sobre isto, o curso de especialização em Educação Especial Inclusiva pretende seguir o caminho de formação continuada docente que considera a construção das práticas didático-pedagógicas a partir da reflexão crítica do docente entendendo que a escola é espaço de relações e que todos precisam estar de fato inclusos.

Neste momento, ao propor o Curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva, o colegiado do curso de Pedagogia, busca da integração da reflexão teórica e metodológica sobre a prática educacional e sobre o cotidiano das relações escolares com a

prática pedagógica, para a problematização que envolve o atendimento às especificidades do estudante da Educação Especial.

Pretende-se, com este curso, empreender uma abordagem que propicie ao seu participante um aprofundamento nos fundamentos teóricos, metodológicos e legais da Educação Especial e Inclusiva de forma a assegurar uma formação sólida e que vise à prática pedagógica no cotidiano da escola, que atenda às necessidades educacionais especiais dos estudantes. Neste sentido, justificamos e consideramos relevante a proposta deste curso de Especialização no sentido de formar docente numa área comprovadamente de demanda crescente na cidade onde se situa o câmpus de Miracema e das cidades pertencentes à microrregião.

5. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O Curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva será ofertado na modalidade presencial com aulas às sextas-feiras a noite e aos sábados durante o dia, tendo edital próprio para inscrição com disponibilidade para 50 vagas por turma, como definido pelo colegiado do curso.

A equipe será composta por 7 docentes, todos do quadro de pessoal Universidade Federal do Tocantins-UFT, podendo ser do Câmpus de Miracema e de outros campi. Porém, a priori, já consta na tabela de docentes da Matriz curricular do curso aqueles que se dispuseram a contribuir diretamente nas aulas, além de outros colegas que sinalizaram interesse em participar do projeto.

Não haverá cobrança de taxas de inscrição ou mensalidades, sendo o curso inteiramente gratuito e desenvolvido a partir da parceria entre as prefeituras que compõem o município de Miracema do Tocantins e demais cidades do seu entorno.

A organização didático-pedagógica e curricular é dividida em 2 (dois) eixos: Eixo 1: Fundamentos teóricos, metodológicos e legais da educação especial e inclusiva, com 5 disciplinas; Eixo 2: Práticas pedagógicas na educação especial inclusiva, com 5 (cinco) disciplinas.

Cada disciplina do curso terá 2 (dois) encontros, quando com 45 (quarenta e cinco) horas ou 03 (três) encontros quando de 60 (sessenta) horas (a depender da quantidade de horas da disciplina, como especifica o quadro da Matriz Curricular), destinadas às atividades práticas a serem organizada por cada docente.

O curso contará com dez disciplinas com carga horária teórica e carga horária prática e o Trabalho de Conclusão de Curso. As aulas serão ministradas duas vezes ao mês e terão como ponto de partida as aulas expositiva/dialogadas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, estudos de caso, estudo dirigido, debates e projeção de filmes.

A avaliação será feita por atividades individuais e em grupo, privilegiando avaliações escritas, produção de artigos, documentos e sínteses, leitura de textos, pesquisa bibliográfica e de campo. Para ser aprovado, o aluno deve obter no mínimo um aproveitamento de 70% em cada disciplina do curso, numa frequência mínima de 75% da carga horária de cada disciplina e a aprovação do trabalho final por banca examinadora.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, entra como mais uma metodologia que serve de critério para avaliação final da Especialização proposta.

5.1. AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES

Os estudantes serão avaliados por atividades realizadas em cada disciplina, segundo critérios de cada docente. Indica-se nesse processo a importância das leituras dos textos, os debates e discussões sem sala de aula, a realização de atividades escritas individuais ou em grupo, realização de provas, seminários e outras possibilidades. A avaliação abaixo de 7,0 ou insuficiente, reprovará o estudante. A avaliação acima de 7,0 ou suficiente aprovará o aluno.

5.2. AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES E DA COORDENAÇÃO

A avaliação dos professores e da coordenação será realizada ao final do trabalho de cada disciplina. O acompanhamento pedagógico se dará *in loco*, pelo coordenador. Ao final de cada disciplina será aplicada pesquisa de satisfação com os alunos com o objetivo de avaliar o percurso do curso e a satisfação dos mesmos em relação a: professores, coordenação do curso, atendimento administrativo e instalações físicas. A ficha de avaliação segue Anexo I.

6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho final (TCC) será um artigo científico que discuta a Educação Especial Inclusiva, que será orientado por docentes (dentre os que ministraram as disciplinas e outros que se colocaram à disposição e que à época puderem colaborar) de acordo com quadro de vagas disponibilizado antecipadamente e que deverá ser apresentado em um seminário de encerramento. Assim, o TCC se configura como uma avaliação final do curso de Especialização.

7. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

7.1. Público: Profissionais da Educação Básica e demais pessoas com graduação reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC e que tenham interesse na temática Educação Especial e Inclusão.

7.2. Carga Horária Total: **375 h das disciplinas curriculares**

O curso terá carga horária total de 375 horas, distribuídas do seguinte modo:

- 375 horas para as 10 disciplinas curriculares;

7.3. Tipo de Ensino: **Presencial** () Semi-Presencial (híbrido) () À Distância 76.4.

Periodicidade da Oferta: **Anual** () Bianual () Semestral () Outra ()

7.5. Período de Realização: **Maior de 2024 a Agosto de 2025 (15 meses)**

7.6. Número de Vagas: **50 vagas**, sendo **10** delas reservadas para servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Tocantins (**Resolução CONSUNI 27/2017**). Tais vagas serão disponibilizadas para ampla concorrência caso não haja demanda interna.

7.7 Turno de Funcionamento: As atividades do curso terão como local o Câmpus de Miracema e as aulas acontecerão no turno noturno, nas sextas feiras (das 18 às 22 hs) e manhã e tarde, aos sábados.

8. CONVÊNIO PARA OFERTA E/OU FINANCIAMENTO DO CURSO?

() Sim () **Não**

Identificação do Convênio: Não se aplica

Nº do processo na UFT: Não se aplica

Órgão proponente: Não se aplica

9. IMPORTÂNCIA DO CURSO PARA A UFT, REGIÃO E ÁREA DO CONHECIMENTO

A criação da Universidade Federal do Tocantins – UFT, em 23 de outubro de 2000, no formato multicampi, foi uma grande conquista da sociedade civil e política tocantinense. Desde então, o curso de Pedagogia, aprofunda e socializa experiências de formação inicial e continuada de docentes, para trabalhar tanto com crianças, quanto com outros segmentos e espaços.

Atender a todas as demandas formativas de uma sociedade com exigências complexas não é fácil. No entanto, as instituições educativas são obrigadas a pensar tanto a formação inicial, como a formação continuada. E é isto que o Grupo de Pesquisa EDURURAL e o Colegiado do Curso de Pedagogia do Câmpus de Miracema vem fazendo. Toda a instituição precisa se comprometer com essas possibilidades.

Do ponto de vista administrativo, o novo PDI da Universidade (2021-2025) elaborado pela comunidade universitária, aponta **“Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade” (p. 28)** como Missão da UFT. Na área de ensino, definiu como objetivo estratégico a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação. E a sua visão **“Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal”**.

O projeto do curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Especial Inclusiva surge de uma demanda regional de formação de profissionais para atuar na área da Educação Especial e na Educação Inclusiva e se fundamenta na missão da UFT de “Formar cidadãos

comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade”. E, em sua Visão de: “Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal”. Primando por valores como: Respeito à vida e à diversidade; Transparência; Comprometimento com a qualidade e com as comunidades; Inovação; Desenvolvimento sustentável; Equidade e justiça social e Formação ético-política.

O projeto de especialização proposto aqui articula-se com a concepção, então de educação institucional que encontra consonância e base fundamental nas Políticas Nacionais para Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e demais legislações que garantem uma educação inclusiva e de qualidade a todos, além de coadunar com as Declarações emanadas de Conferências internacionais, principalmente, aquelas que a partir da década de 1990, vislumbram um novo olhar sob a educação especial e inclusiva.

O curso, assim, tem em sua perspectiva uma formação que, a partir de diálogos crítico-reflexivos, traga à tona discussões que fomentem e auxiliem a pensar práticas educativas para diversidade e inclusão dos estudantes da educação especial. Portanto, tem em sua temática central a Diversidade e o viés formativo desenvolvido a partir de ações que minimizem situações excludentes e discriminatórias a partir, como já ratificado, da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que compreende o movimento pela educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, cujo fim é defender o direito de todos os estudantes de estarem inclusos na escola a fim de que possam aprender, se desenvolver e participar da escola.

O curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva se pauta no atendimento às orientações emanadas do Ministério da Educação (MEC), por meio de inúmeros documentos legais e desenvolve uma política de educação inclusiva a partir da qual o professor (em formação) refletirá sobre a inclusão no Ensino Regular e a Educação Especial, além de revisitar num viés teórico-prático o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Considera-se, neste curso que para ser docente na educação regular e na educação especial, principalmente, é necessário ter uma formação consistente, que permita perceber criticamente o lócus de atuação (a escola), mas também as demandas da comunidade. Assim, o curso possibilitará a atuação na educação numa perspectiva inclusiva, particularmente, na compreensão das especificidades da educação especial e do atendimento educacional especializado. Por isto, a oferta passa por temáticas como aprendizagem e desenvolvimento, patologização do ambiente escolar, práticas pedagógicas na e para a Educação Especial, Sala de recursos multifuncionais, dentre inúmeros outros.

É importante, no entanto, refletir sobre o espaço da Universidade e sua função social, bem como no desenvolvimento histórico, no contexto regional e local.

O Estado do Tocantins tem uma história ‘recente’ de criação. Criado em 05 de outubro de 1988. Porém, sua história vai muito além de uma data, que passa pelo movimento separativista, pois se configura também e principalmente por especificidades de sua formação social, resistências e desafios, mas também perspectivas. Mesmo pertencendo à região Norte, o Estado se encontra na zona de transição entre o cerrado e a Floresta Amazônica, o que caracteriza sua fauna e flora.

A região de Miracema do Tocantins, onde se situa o câmpus e possivelmente, junto com as cidades circunvizinhas, se destaca pela diversidade étnica, com uma considerável população indígena Xerente, na cidade de Tocantínia (cidade vizinha à Miracema). No Estado a população indígena representa 1,1%, totalizando 20.023 pessoas, segundo dados do Censo (2022), além da presença de migrantes de todas as regiões do Brasil.

A cidade de Miracema do Tocantins é a sede onde se localiza o Câmpus Universitário de Miracema. Essa é uma das microrregiões geográfico-administrativa do Estado com uma população de mais de 145 mil habitantes e os cursos de graduação existentes no Câmpus, dentre eles, pedagogia, bem como a oferta de cursos de Pós-Graduação assumem um papel importante na formação das pessoas neste espaço, especialmente daquelas que trabalham nas escolas de Educação Básica no Município e em municípios vizinhos.

Com as novas regulamentações do Estado e a organização das salas de recursos no Município de Miracema, além dos expressivos dados sobre a quantidade de crianças com laudos ou relatórios indicativos de alguma necessidade educacional especial - NEE, nas escolas, urge trazer formações continuadas que permitam a reflexão sobre este cenário e que possibilite aos profissionais da Educação Básica oportunizarem momentos de aprendizagem significativa para os estudantes NEEs.

10. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

10.1. PROCESSO DE SELEÇÃO

A admissão no Curso se dará por concorrência pública, a ser definida em Edital próprio e que garanta o acesso democrático aos interessados, respeitando a quota de 10% para profissionais da UFT estabelecida pela resolução do Consepe 09/2010 que regula a criação, implantação e desenvolvimento de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito da UFT.

O processo seletivo dar-se-á por meio de Edital de concorrência pública, no qual constarão os critérios de seleção e que garantam acesso democrático aos interessados(as), publicados e acompanhados pela Universidade.

10.2 INFRAESTRUTURA DO CURSO

O Curso funcionará no espaço físico do Câmpus Universitário de Miracema e se utilizará da estrutura ali existente, salas de aula, miniauditório e equipamentos multimídias.

10.3. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO

Seguindo a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES) e os documentos orientadores da Universidade Federal do Tocantins, dentre eles, a Resolução nº 05, de 02 de setembro de 2020, que regulamenta a curricularização das ações de extensão dos cursos de graduação dentro da UFT (este nos serviu de orientador para pensar a organização na pós-graduação) e a Resolução nº 14, de 08 de dezembro de 2020, que regulamenta as ações de extensão como componente curricular.

O curso de Pós-graduação em Educação Especial Inclusiva, então, terá 45 horas dedicadas à curricularização da extensão. Esta será desenvolvida por meio de um Programa, que alcançará 04 disciplinas da Matriz Curricular. Estas deverão desenvolver a curricularização por meio de projetos e as cargas horárias que seguem para serem curricularizadas:

- AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA NEEs - 15h
- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA DEFICIENTES E SURDOS - 10 h
- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - 10h
- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO – 10h.

As ações serão organizadas entre os professores por meio de projetos que se articulem ao Programa proposto, com ações que tenham como protagonista os estudantes do curso e como mediador, os professores, envolvendo a comunidade externa em atividades como Oficinas, Orientações à comunidade externa e outras ações desenvolvidas pelos estudantes, com tutela do professor. Os projetos poderão ocorrer de forma separada ou de forma coletiva (entre as 04 disciplinas) e estarão a cargo dos professores e dos estudantes o seu desenvolvimento.

10.4. ESTRUTURA CURRICULAR

Para integralizar o curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) – **Educação Especial Inclusiva**, o estudante deverá cumprir um total de **375 horas de aula como disciplinas**, mais **45 horas** de Trabalho de Conclusão de Curso, que está em quadro separado da matriz curricular por se configurar como um critério de avaliação final do curso, não computando nas horas totais de disciplinas.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Componente curricular		Docente	Carga horária			Curricularização Da Extensão
Código	Descrição			Teórica	Prática	
01	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	Profa. Dra. Luciane Silva de Souza	30	25	05	-
02	DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	Profa. Dra. Juliana Chioca Ipolito	30	25	05	-
03	TRANSTORNOS, DISTURBIOS E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento	30	25	05	-
04	TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS PARA INCLUSÃO DO NEE	Prof. Dr. Márcio Bernardes de Carvalho	30	25	05	-
05	PSICOMOTRICIDADE	Profa. Dra. Kethlen Leite de Moura-Berto	30	25	05	-
06	SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	Profa. Dra. Luciane Silva de Souza	45	30	15	-
07	AValiação E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA NEEs	Dra. Juliana Biazze Feitosa	45	30	-	15
08	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA DEFICIENTES E SURDOS	Dr. George França dos Santos	45	30	05	10
09	PRÁTICAS	Prof. Dr.	45	30	05	10

	PEDAGÓGICAS PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	Ladislau Ribeiro do Nascimento				
10	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO	Profa. Dra. Juliana Chioca Ipolito	45	30	05	10
Total			375	275	55	45

Quadro – TCC: Metodologia de avaliação final do curso (Obrigatório)

Avaliação final do curso	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	Colegiado do curso de especialização e outros professores dos colegiados do curso de Pedagogia e Psicologia (que se colocaram a disposição)	45	-	-	--
---------------------------------	--------------------------------	---	----	---	---	----

10.5. QUADRO DE DOCENTES E LINK DO LATTES

Ordem	Docente	Titulação	Link do Lattes
1	Juliana Chioca Ipolito	Doutora	http://lattes.cnpq.br/7307710193905189
2	Kethlen Leite de Moura-Berto	Doutora	http://lattes.cnpq.br/8691750201352997
3	Luciane Silva de Souza	Doutora	http://lattes.cnpq.br/5592790322528269
4	Marcio Bernardes de Carvalho	Doutor	http://lattes.cnpq.br/4355607040379100
5	Juliana Biazze Feitosa	Doutora	http://lattes.cnpq.br/0348776604554429
6	Ladislau Ribeiro do Nascimento	Doutor	http://lattes.cnpq.br/0594312091964432
7	George França dos Santos	Doutor	http://lattes.cnpq.br/6683312593254876

10.6. EMENTÁRIOS E BIBLIOGRAFIAS (BÁSICA E COMPLEMENTAR)

EIXO 1: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

1	DISCIPLINA	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA
	CARGA HORÁRIA	30 HORAS
	EMENTA	Aspectos éticos e históricos da educação especial e inclusiva. As diferenças e a diversidade que permeiam as relações humanas numa perspectiva educacional. Documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão do estudante da

	educação especial em uma perspectiva inclusiva. Inclusão escolar e educação especial.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>BRASIL. (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. <i>Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação</i>. 2. ed. Brasília: MEC.</p> <p>BRASIL. (2008). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. <i>Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva</i>. Acesso em: 10 outubro, 2023. Disponível em:</p> <p>BRASIL. (2016). <i>Lei Brasileira de Inclusão - LBI</i>. Acesso em: 21 outubro 2023. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm <u>Capítulo 4</u></p> <p>JANNUZZI, G. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI . 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012. xii, 211 p.</p> <p>STAINBACK, S.; STAINBACK, W. <i>Inclusão: um guia para educadores</i>. Porto Alegre: Artmed, 2006. 451 p</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>Brasil. (1988). Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. <i>Diário Oficial da União</i>, 5 de outubro de 1988 - Capítulo 3, seção 1.</p> <p>Brasil. (1996). Congresso Nacional. <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394</i>, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996 - Título V, Capítulo V.</p> <p>MAZZOTTA, M. <i>Educação especial no Brasil: história e políticas públicas</i>. São Paulo: Cortez, 1996. 208 p.</p> <p>SASSAKI, R. K. <i>Inclusão: construindo uma sociedade para todos</i> . 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006. 180 p</p> <p>SOUZA, R. M. de; ARANTES, V. A. (Org.). <i>Educação de surdos: pontos e contrapontos</i>. 3. ed. São Paulo: Summus, 2007. 207 p.</p>

2	DISCIPLINA	<i>DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM</i>
CARGA HORÁRIA	30 HORAS	
EMENTA	Principais etapas do desenvolvimento humano com ênfase nos processos de aprendizagem. Contribuições das perspectivas teóricas cognitivas e histórico-cultural para o estudo do processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento e suas implicações para o contexto educativo. A escola e a criação social do humano.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>NUNES, A. I. B. L.; SILVEIRA, R. N. <i>Psicologia da Aprendizagem: processos, teorias e contextos</i>. Brasília: Liber Livros, 2009.</p> <p>TANAMACHI, E; PROENÇA M; ROCHA, M. (orgs.). <i>Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos</i>. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.</p> <p>VIGOTSKI, L. S. <i>A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi <i>Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia</i>. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.</p> <p>BRAGHIOLLI, Eliane Maria et alii. <i>Psicologia Geral</i>. 26. ed. Porto Alegre: Vozes, 2005.</p>	

3	DISCIPLINA	<i>TRANSTORNOS, DISTURBIOS E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM</i>
CARGA HORÁRIA	30 HORAS	
EMENTA	As barreiras da aprendizagem; barreiras de natureza motora e cognitiva; Situação de não aprendizagem relacionada à atenção, memorização, linguagem, leitura e cálculo; O papel da Família no processo de aprendizagem. Fracasso Escolar e dificuldades de aprendizagem na perspectiva da psicopedagogia. Transtornos funcionais específicos da aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática. Relações entre a aprendizagem e a plasticidade cerebral. Transtornos de comportamento. Distúrbios x transtornos e dificuldades de aprendizagem. Discalculia. Disortografia. Disgrafia. Dislalia. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Patologização e a lógica patologizante.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	BOSSA, N. A. Dificuldades de aprendizagem: o que são? Como tratá-las? Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. GARCIA, J. N. Manual de dificuldades de aprendizagem – linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artmed. 2000.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	CANÁRIO, R. A escola e as “dificuldades de aprendizagem”. in: Revista Psicologia da educação. São Paulo, 21, 2º sem. 2005. CAPELLINI, S.A.; GERMANO, G.D.; CUNHA, V.L.O. Transtornos de aprendizagem e transtornos da atenção: da avaliação à intervenção. São José dos Campos: Pulso, 2010. CAPELLINI, S.A.; OLIVEIRA, A.M.; CUETOS, F. PROLEC - Provas de avaliação dos processos de leitura. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. RUBINSTEIN, E.R. O estilo de aprendizagem e a queixa escolar: entre o saber e o conhecer. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2003. SELIKOWITZ, M. Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. SMITH, C.; STRICK, L. Dificuldades de Aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 2 ed. São Paulo: Ícone/Editora da Universidade de São Paulo, 1988	
4	DISCIPLINA	<i>TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS PARA INCLUSÃO DO NEE</i>
CARGA HORÁRIA	30 HORAS	
EMENTA	Tecnologia Assistiva e intervenção no acesso ao conhecimento. Estratégias para o uso da Tecnologia Assistiva em sala de aula. Tecnologias para deficientes e surdos. Uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa. Análise das necessidades de uso de Tecnologia Assistiva para acesso do aluno deficiente ao currículo. Estudo de relações entre fatores intrínsecos e ambientais. Uso de Tecnologia Assistiva no processo de inclusão e qualidade de vida de alunos com deficiência, TEA e Altas habilidades e superlotação. Tecnologias utilizadas por cegos e baixa-visão: reglete, punção, sorobã, sistema dosvox, softwares educativos, adaptação, assistente de acessibilidade, teclado virtual, dentre outros.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	BERSCH, R. Tecnologia assistiva (TA). Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007 ELUI, VMC; SANTANA, CS. Tecnologia Assistiva. In: In: Marisa C. Registro Fonseca;	

	<p>Alexandre M. Marcolino; Rafael I. Barbosa; Valéria M. C. Elui. (Org.). Órteses e próteses: indicação e tratamento. 1ed. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2014, v. 1, p. 363-382.</p> <p>PASCHOARELLI, Luis Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi [Orgs.]. Tecnologia Assistiva: estudos teóricos. 1.ed. Bauru: Canal 6 Editora, 2018. 401 p. (disponível em: http://www.canal6.com.br/livros_loja/Ebook_TA_estudos.pdf)</p> <p>PELOSI, Miryam Bonadiu; NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula. Formação em serviço de profissionais da saúde na área de tecnologia assistiva: o papel do terapeuta ocupacional. Rev. bras. crescimento desenvolv. hum. São Paulo, v. 19, n. 3, p. 435-444, dez. 2009.</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p>	<p>BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre – RS, 2017. (disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf)</p> <p>GALVÃO FILHO, T.A.A Tecnologia assistiva: de que se trata? IN: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M.N. (orgs). Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.</p> <p>_____A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. Revista Entre Ideias 2013;2(1):25-42. (disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewFile/7064/6552)</p> <p>LUZO, MCM; MELLO, MAF; CAPANEMA, VM. Recursos tecnológicos em Terapia Ocupacional - órteses e tecnologia assistiva. IN: DE CARLO, MMRP; LUZO, MCM (org) Terapia Ocupacional Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. São Paulo, Roca, 99-126, 2004</p> <p>ROCHA, E.F; CASTIGLIONI, M.C Reflexões sobre recursos tecnológicos: ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologia de assistência e tecnologia de apoio. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.16, n.3, p97-104, set/dez., 2005.</p> <p>PELOSI, M.B. O papel do Terapeuta Ocupacional na Tecnologia Assistiva. Cad, Ter.Ocup. da UFSCAR, v.13, n1, 39-45, 2005</p> <p>VARELA, Renata Cristina Bertolozzi; OLIVER, Fátima Corrêa. A utilização de Tecnologia Assistiva na vida cotidiana de crianças com deficiência. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1773-1784, jun. 2013.</p>

5	DISCIPLINA	PSICOMOTRICIDADE
CARGA HORÁRIA	30 HORAS	
EMENTA	<p>Os fundamentos teórico-práticos de procedimentos mediadores e integradores psicomotores entre o agir, o sentir e o pensar no desenvolvimento infantil, na adolescência, na idade adulta e no idoso e da ludicidade. Avaliação, diagnóstico e intervenção psicomotora. O trabalho psicomotor e suas áreas de atuação. Os elementos psicomotores (Esquema Corporal, equilíbrio, lateralidade, Organização espaço-temporal, Imagem corporal, motricidade fina e ampla, ritmo); Implicação teórico-prática destes conceitos; Psicomotricidade funcional, relacional e clínica. Psicomotricidade como prática preventiva e educativa. Principais consequências da falta do estímulo psicomotor.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ALMEIDA, G P. Teorias e prática em Psicomotricidade: jogos, atividades lúdicas. Rio de Janeiro: WAK, 2006.</p> <p>ALMEIDA, G.P. Psicomotricidade. Prática para sala de aula. Curitiba: Proinfantil -, 2009.</p> <p>ARRIGADA, Marcelo Valdés. Psicomotricidade vivenciada. Blumenau: EDIFURB. 2002.</p> <p>MATOS JÚNIOR, Moacir Ávila de. Pedagogia do movimento e universo lúdico. Curitiba:</p>	

	IBPEX, 2008.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>ALVES, Fátima. <i>Psicomotricidade: Corpo, ação e emoção</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.</p> <p>FARREL, Michael. <i>Guia do professor deficiências sensoriais e incapacidade física</i>. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>FERREIRA, Carlos Alberto de Matos. <i>Psicomotricidade Escolar</i>. Rio de Janeiro: Wak, 2008.</p> <p>GALLAHUE, David L. <i>Compreendendo o desenvolvimento motor</i>: 2. ed. São Paulo: Phorte. 2003.</p> <p>MARINHO, Bugeste Hermínia. <i>Pedagogia do movimento: universo lúdico e psicomotricidade</i>. Curitiba: IBPEX, 2008.</p> <p>TARA, Losquadro Liddle Lara Yorke. <i>Coordenação motora</i>. São Paulo: M Books, 2006.</p> <p>SANTA. Marli Pires dos Santos. <i>A Ludicidade como ciência</i>. Petrópolis: Vozes, 2001.</p>

EIXO 2: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

1	DISCIPLINA	<i>SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO</i>
CARGA HORÁRIA	45 horas	
EMENTA	Sala de atendimento multifuncional: conceito, concepções e práticas pedagógicas. Atendimento educacional especializado – AEE: identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ação pedagógica do professor de sala de recursos multifuncionais por meio de subsídio teórico e prático. Oferta do atendimento educacional especializado (AEE). Desenvolvimento das competências e habilidades das pessoas do atendimento educacional especializado. PEI/ PDI. Função do professor de apoio e do cuidador.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ALMEIDA, M. A Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competência. <i>Cadernos de Educação Especial</i>, n. 24, Santa Maria, p. 23-32, 2004</p> <p>ANDRADE, Maria Lúcia de A. <i>Distúrbios psicomotores: uma visão crítica</i>. São Paulo: 3ª Ed. EPU, 2009.</p> <p>CARVALHO, R. E. <i>Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”</i>. Porto Alegre: Mediação, 2009</p> <p>BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. In: <i>Rev. Bras. Ed. Esp.</i>, Marília., Marília, Maio-Ago. v.17, p.59-76, 2011. Edição Especial.</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BRASIL. Ministério da Educação. <i>Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais</i>. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. <i>Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica</i>. Brasília: MEC/SEESP, 2009.</p> <p>GARCIA, N. <i>Implicações do Sistema Braille para a alfabetização de pessoas cegas</i>. São</p>	

	<p>Paulo. Ed. Lara Mara 2005.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. São Paulo: Artmed, 2004.</p> <p>MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2003.</p> <p>MANZINI, Eduardo José. Formação do professor para Trabalhar com Recursos de Tecnologia Assistiva: um estudo de caso em Mato Grosso. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.2, n.5, p.98-113, maio/ago. 2012.</p> <p>PACHECO, J., EGGERTSDÓTTIR, R., GRETAR, L. M. Caminhos para Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p>
--	---

2	DISCIPLINA	<i>AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA NEES</i>
CARGA HORÁRIA	45 horas	
EMENTA	Análise da zona de desenvolvimento eminente do EPAEE e do seu repertório acadêmico, elaborar avaliação pedagógica estruturada e utilizá-la para a construção do plano individualizado com proposições de objetivos a longo e médio prazos para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas adequadas, estabelecendo parcerias entre professor do ensino regular e professor especialista na área da Educação Especial. Avaliação da escrita, leitura, raciocínio lógico-matemático, provas operatórias, testes projetivos e psicométricos.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>GARCIA, Rosalba M. C. Políticas para a Educação Especial e as Formas Organizativas do Trabalho Pedagógico. Ver. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. v.12, n.3, p.299-316, 2006.</p> <p>PACHECO, José, EGGERTSDÓTTIR, Rósa, GRETAR, L. Marinósson. Caminhos para Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p> <p>MENDES, E. G.; MALHEIRO, C. A. L. Salas de recursos multifuncionais: é possível um serviço "tamanho único" de atendimento educacional especializado? In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. EDUFBA: Salvador, 2012.</p> <p>ROCHA, Maira G. de S. da. Processos de ensino e aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências no AEE à luz da teoria histórico-cultural. 2014. 218 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar/PPGEduc, UFRRJ, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 2014</p> <p>SOUZA, Carolina Molina L. de Souza; HUEARA, Luciana.; GUARNIERI, Cecília Batista,; LAPLANE Adriana Lia F. De. Formação de Conceitos por crianças com Necessidades Especiais. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 15, n. 3, p. 457-466, lu./set. 2010.</p>	

3	DISCIPLINA	<i>PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA DEFICIENTES E SURDOS</i>
CARGA HORÁRIA	45 horas	
EMENTA	O significado histórico-cultural da deficiência. Políticas Públicas e pessoas com deficiência. Terminologia e conceituação da deficiência. Principais deficiências e seus aspectos etiológicos, funcionais e sociais. Intervenção pedagógica junto à pessoa com	

	deficiência, sua família e comunidade. Compreensão da deficiência como condição humana, nos processos de segregação e exclusão. Prática pedagógica.
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>COSTA, M.da P.R.da (org.)Múltipla Deficiência. Pesquisa & Intervenção. São Carlos, Pedro & Joao Editores, 2008</p> <p>FERRONI, Marília Costa C.; GASPARETTO, Maria Elisabete Rodrigues F. Escolares com Baixa Visão: percepção sobre as dificuldades visuais, opinião sobre as relações com comunidade escolar e o uso de recursos de tecnologia assistiva nas atividades cotidianas. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.18, n.2, p. 301-318, Abr.-Jun., 2012.</p> <p>KARNOPP, L.B; PEREIRA, M.C.C Concepções de leitura e de escrita na educação de surdos. In: LODI, Ana Claudia, Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (Org). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>CADER-NASCIMENTO, F. A. A. & COSTA, M. P. R. A prática educacional com crianças surdocegas. Temas em Psicologia. Vol. 11, no 2, 2003, p. 134-146</p> <p>DINIZ, D. & BARBOSA, L. Direitos Humanos e as pessoas com deficiência no Brasil. In: BRASIL. Presidência da República. Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional / organização Gustavo Venturi. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010.</p> <p>GESSER, M; NUERNBERG, A. H. E TONELI, M. J. FI. A Contribuição do modelo social da Deficiência à Psicologia Social. Psicologia & Sociedade, 24(3): 557-566, 2012.</p> <p>KARNOPP, Lodenir Becker. Práticas de leitura e escrita entre surdos. In: LODI, Ana Claudia, Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (Org). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. Inclusão: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.</p> <p>VYGOTSKY, L. S. Formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>

4	DISCIPLINA	<i>PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA</i>
CARGA HORÁRIA	45 horas	
EMENTA	<p>Percurso histórico do atendimento à pessoa com TGD caracterizado a partir do conceito dos transtornos em diferentes épocas. TEA. Legislações vigentes. Identificação e caracterização dos estudantes TEA. Etiologia. Características específicas. Avaliação de repertórios importantes para o desenvolvimento acadêmico de pessoas com TEA. Instrumentos de avaliação de habilidades básicas e competências acadêmicas. Elaboração de relatórios do processo de avaliação. Métodos de intervenção: pedagógica, comportamental, comunicativa e social. Comunicação Suplementar e/ou Alternativa (CSA). Técnicas de abordagem comportamental e naturalística que sustentam o uso de sistemas de CSA de baixa e alta tecnologia, preferencialmente nos diferentes espaços escolares. Prática pedagógica.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ASSUMPÇÃO JR, F.B. Transtornos abrangentes do desenvolvimento. In: ASSUMPÇÃO Jr., FB; KUCZYNSKI, E. (Orgs.). Tratado de psiquiatria da infância e adolescência. São Paulo: Atheneu, 2010.</p> <p>AMY, M. D. Enfrentando o autismo: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.</p>	

	<p>CAMARGOS W. Jr. Síndrome de Asperger e Outros Transtornos do Espectro do Autismo de Alto Funcionamento: da avaliação ao tratamento. Ed Sinopsys.</p> <p>CAMARGOS, W Jr. Psicopatologia Fenomenológica Descritiva do Transtorno do Espectro do Autismo / Autismo Infantil. Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2018.</p>
REFERENCIAS COMPLEMENTARES	<p>BERGUEZ, G. O autismo infantil e Kanner. Estudo histórico e consequências teóricas. In: MAZET, P. & LEOVICI, S. Autismo e psicoses da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.</p> <p>BRAGA, P. K et al. (2005) Análise Comportamental Aplicada (ABA1) – Um Modelo para a Educação Especial. In: Walter Camargos Jr. (Org) Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: 3o. Milênio. Brasília: CORDE, 2005.</p> <p>DEL PRETTE, Z. A. P., & Del Prette, A. Psicologia das Habilidades Sociais na Infância: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.</p> <p>FARRELL, M. Dificuldades de relacionamento pessoal, social e emocional. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>PERISSINOTO J. Diagnóstico de linguagem em crianças com transtornos do Espectro autístico. In: Ferreira LP, Befi-Lopes DM, Limongi SCO, organizadores. Tratado de fonoaudiologia. São Paulo: Editora Roca; 2004.</p>

5	DISCIPLINA	<i>PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO</i>
CARGA HORÁRIA	45 horas	
EMENTA	Aspectos básicos da superdotação. Contexto histórico das altas habilidades/superdotação. Aspectos legais e conceituais e suas implicações no contexto educacional. Identificação e Tipos de atendimento. Práticas Pedagógicas.	
REFERÊNCIAS BÁSICA	<p>ALMEIDA, Maria A.; CAPELLINI, Vera L. M. F. Alunos Talentosos: possíveis superdotados não notados. Educação. Porto Alegre, PUCRS, v. 55, n. 1, Jan/Abr. 2005, p.45-64. Acesso em 23 de ago. 2023.</p> <p>ALENCAR, E.M.L.S. de. O aluno com altas habilidades no contexto da Educação Inclusiva. 2003. Disponível em: http://www.ut.com.br/altashabilidades/upload/publicacoes_contexto%20da%20edu.%20inclusiva_144939.doc. Acesso em: 04 novembro 2023.</p> <p>DELOU, C.M.C. Políticas públicas para a educação de superdotados no Brasil. Disponível em: http://www.aspat.kit.net/politicaspUBLICAScdelou.pdf. Acesso em: 04 novembro 2023.</p> <p>FREEMAN, J.; GUENTHER, Z. C. Educando os mais capazes: idéias e ações comprovadas. São Paulo: EPU, 2000. (Capítulo 3 e 4).</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Núcleos de Atividades de Altas habilidades/superdotação. Documento Orientador. Brasília: MEC, 2006.</p> <p>ALENCAR, E. S. Criatividade e a educação de superdotados. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>GUENTHER, Zenita Cunha; RONDINI, Carina Alexandra. Capacidade, dotação, talento, habilidades: uma sondagem da conceituação pelo ideário dos educadores. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.28, n.01, p.237-266. mar. 2012</p> <p>SANTOS, Wanderley Alves dos (ORG). Metodologia de ensino para altas habilidades/superdotação na educação básica: pesquisas bibliográficas [Recurso</p>	

eletrônico]– Goiânia: Gráfica UFG, 2018. Disponível: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Metodologia_de_ensino_para_altas_habilidades_%281%29.pdf
WISE, Liz; GLASS, Chris. Trabalhando com Hannah: uma criança especial em uma escola comum. Porto Alegre: Artmed, 2003.

EMENTA TCC: AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO –

	DISCIPLINA	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CARGA HORÁRIA	45 horas	
EMENTA	Elaboração do Trabalho de conclusão de curso. Artigo científico. Utilização de conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	<p>ALMEIDA, Laurinda Ramalho de et al. (Orgs) Entrevista na Pesquisa em Educação – A prática Reflexiva. 2.ed. Brasília, Liber Livros, 2008</p> <p>COSTA, Marisa C. Vorraber. (Org.) Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação. Disponível em: http://www.abnt.org.br/default.asp?resolucao=1024X768</p> <p>_____. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.</p> <p>_____. NBR 6028: Informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>_____. NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>_____. NBR 6023: Informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>GATTI, Bernadete A. Construção da Pesquisa em Educação no Brasil. Brasília: Edit. Liber Livro, 2008.</p> <p>FACHIN, O. Fundamentos da metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez Editora, 2001.</p> <p>FIGUEIREDO, Nebia M. Almeida de. Método e Metodologia na Pesquisa Científica. 3.ed. São Caetano do Sul -SP: Yendis, 2008.</p>	

11. CERTIFICAÇÃO

Ao concluir o curso de Pós-Graduação, com aprovação em todas as disciplinas e frequência igual ou superior a 75% da carga horária em cada componente curricular, o aluno

estará apto a receber o certificado de Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Universidade Federal do Tocantins.

A certificação observará o disposto na Resolução n. 01, de 06 de abril de 2018 da Câmara de Educação Superior que estabelece normas para o funcionamento de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de especialização:

Art. 8º Os certificados de conclusão de cursos de especialização devem ser acompanhados dos respectivos históricos escolares, nos quais devem constar, obrigatória e explicitamente:

I - ato legal de credenciamento da instituição, nos termos do artigo 2º desta Resolução;

II - identificação do curso, período de realização, duração total, especificação da carga horária de cada atividade acadêmica;

III - elenco do corpo docente que efetivamente ministrou o curso, com sua respectiva titulação.

§ 1º Os certificados de conclusão de curso de especialização devem ser obrigatoriamente registrados pelas instituições devidamente credenciadas e que efetivamente ministraram o curso.

§ 2º Os certificados dos cursos ofertados por meio de convênio ou parceria entre instituições credenciadas serão registrados por ambas, com referência ao instrumento por elas celebrado.

§ 3º Os certificados previstos neste artigo, observados os dispositivos desta Resolução, terão validade nacional.

§ 4º Os certificados obtidos em cursos de especialização não equivalem a certificados de especialidade.

A certificação observará, ainda, o disposto na Resolução n. 50/2022, de 24 de agosto de 2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)-UFT que dispõe sobre as normas para a criação, implantação e desenvolvimento de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito da Universidade Federal do Tocantins:

Art. 42. Os alunos que obtiverem frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada componente curricular e o rendimento de no mínimo 70% (setenta por cento) em cada disciplina, incluindo o trabalho de conclusão do curso, farão jus ao certificado do curso de especialização.

Art. 49. Os certificados dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* serão assinados pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo Diretor de Pós-Graduação e pelo Coordenador do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* e pelo aluno concluinte.

O título a constar no certificado será: **Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial Inclusiva.**

12. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Resolução nº 7 de 2018. Brasília: MEC, 2018

MAZZOTA, Marcos José da Silveira; SOUSA, Sandra M. Zákia. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. **Dossiê Estilos da Clínica**. 2000.

UFT. **Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI (2021-2025)**. Palmas, 2021.

-----. **Resolução nº 14/2020** – CONSEPE/UFT. Palmas, 2020.

-----. **Resolução nº 50 de 24 de agosto de 2022** – CONSEPE/UFT. Palmas, 2022.

----. **Resolução n. 01, de 06 de abril de 2018** – CONSEPE/UF. Palmas, 2018.

ANEXO I

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DISCIPLINA PELOS ALUNOS

Prezado/a discente, com o intuito de acompanhar e buscar o aperfeiçoamento contínuo do Curso de Especialização em **EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**, contamos com a sua colaboração para responder as perguntas pertinentes ao trabalho com a disciplina:_____.

Avaliação do docente	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom	Excelente
Domínio do conteúdo					
Comunicação e expressão					
Integração entre teoria e prática					
Qualidade e atualidade do material didático					
Cordialidade na relação com os participantes					
Esclarecimento de dúvidas					
Sobre o uso do tempo de aula					
Sobre a organização do Curso	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom	Excelente
Carga horária/duração					
Estrutura da sala de aula					
Equipamentos					
Recursos didáticos utilizados					
Atendimento, cordialidade e atenção do Coordenador					
Autoavaliação	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom	Excelente
Atendimento de seus objetivos/expectativas					
Assimilação do conteúdo					
Pertinência do conteúdo ao seu trabalho					

A disciplina_____

atendeu às suas expectativas/ () Sim () não. Indique sugestões.

Apresente aspectos positivos e negativos da disciplina ministrada. (Considere elementos como: Professores, coordenação do curso, atendimento administrativo e instalações físicas)

Você recomendaria esse curso para outras pessoas? () Sim () Não